

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 27 (VINTE E SETE) DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS DEZENOVE HORAS.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das dezenove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Maísa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as) Vereadores(as): João Paulo de Moraes, José Maria Messias, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Maísa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido e Vitor Espedito Megda. Em seguida, a Sra. Presidente solicita ao Vereador José Maria Messias que proceda a leitura de um texto bíblico como de costume. Iniciada a Reunião, a Sra. Presidente cumprimenta e agradece todos os presentes nesta Reunião Ordinária desta Legislatura 2025/2028. Em seguida, passa-se a fase do **EXPEDIENTE**, e solicita ao Vereador Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, que proceda a leitura das correspondências constantes no expediente, as quais ficarão arquivadas nas dependências da Secretaria da Câmara. Na sequência, passa-se ao **USO DA TRIBUNA LIVRE POR MUNICÍPIES**: A Sra. Presidente consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo em conceder a palavra ao Sr. Roberto Carlos de Assis, servidor da COPASA, que falará sobre privatização da COPASA sem nenhuma consulta prévia a população. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. Estando todos(as) de acordo, concedo a palavra ao Sr. Roberto Carlos de Assis, por 05 minutos, de acordo com o Regimento Interno e Resolução desta Casa Legislativa. Com a palavra **Sr. Roberto Carlos de Assis diz**: Eu vim aqui hoje, até tentei escrever o que queria dizer, mas não consegui. Então vou falar do jeito que consigo, do que penso sobre essa questão da privatização. A PEC 24/23 está tramitando na Assembleia de Minas. Na semana passada, da quinta pra sexta-feira, houve uma reunião que começou às 18h e foi até às 4h20 da manhã. Todos os deputados foram convocados para debater o motivo dessa privatização. Eu assisti à sessão inteira, passei a noite acordado, porque considero esse tema de interesse não só meu, mas de todos. Afinal, água é saúde. A COPASA é uma empresa que está no mercado há 51 anos. Se não me engano, foi instituída em Minas em 1963. Se fosse uma empresa ruim, não estaria aí até hoje. Além disso, ela oferece benefícios importantes para a população. Essa PEC 24/23 trata de um direito que está garantido na Constituição Mineira. E, mesmo assim, estão votando contra esse direito, o direito do povo mineiro decidir se quer ou não vender um bem público. Porque estatais são bens do povo. A COPASA, por exemplo, tem 50,04% de suas ações pertencentes ao governo de Minas. Ou seja, é um bem público. E agora, de uma hora pra outra, querem vender isso com base em uma justificativa que nem se sustenta mais. Diziam que era por causa do PROPAGAS, mas o governo federal já adiou esse programa para 31 de dezembro de 2026. Então não há motivo para essa pressa toda, para votar às pressas, no meio da madrugada. Durante a sessão, os 18 deputados que foram contra a privatização estavam lá, debatendo, explicando seus pontos. Mas dos

52 deputados favoráveis, nenhum subiu à tribuna para justificar por que querem privatizar. Isso é estranho. Se fosse algo realmente bom para a população, eles teriam debatido, explicado, conversado com a sociedade. Mas preferiram fazer uma reunião na calada da noite, votando às 4h20 da manhã. Isso, pra mim, é um descaso. Como caboverdense e mineiro, me sinto indignado. A cada quatro anos, a gente vai às urnas, vota, escolhe representantes. E, na hora de decidir sobre um direito nosso, eles simplesmente tiram isso da gente. É inaceitável. Em Cabo Verde, mais de 700 famílias recebem o desconto da tarifa social, que varia de 10% a 40%. É uma cidade pobre. Vocês acham mesmo que uma empresa privada, ao assumir a COPASA, vai querer cuidar de Cabo Verde, um município pequeno dentro de Minas Gerais? Em Andradas, por exemplo, a concessão venceu e nenhuma outra empresa apareceu para prestar o serviço. Quem continua lá é a COPASA. Aqui em Cabo Verde, a prefeitura subsidia parte da tarifa, acho que 50% para instituições como o hospital, a APAE e o Lar Santo Antônio. São só quatro instituições, mas pensem numa cidade maior, que depende de hospitais de fora. A situação é ainda mais delicada. Por isso, venho pedir, encarecidamente, a ajuda de vocês. Seria ótimo se a casa estivesse cheia hoje. Conversei com o Lucas no sábado, ele postou nas redes sociais o que vocês receberam aqui. Hoje ele me disse que, depois da postagem, duas pessoas saíram do grupo. Isso mostra que, infelizmente, há quem não se interesse pela saúde pública. Mas a água é vida. Uma água bem tratada é saúde. Uma água sem tratamento, o que vai acontecer com a população? Amanhã, talvez eu não esteja mais aqui. Mas a população futura vai estar. E é por ela que a gente precisa lutar. Algum(a) Vereador(a) deseja se manifestar sobre o assunto. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** Sobre essa PEC, que muitos têm chamado de "**PEC da Cala Boca**", acredito que ela representa, sim, uma tentativa de retirar direitos da população. Ela busca derrubar um referendo, ainda não foi derrubado, mas há uma segunda votação prevista, e tudo indica que vão tentar derrubar mesmo. Como já foi mencionado, nenhum dos deputados favoráveis à privatização subiu à tribuna para explicar os motivos da proposta, nem para justificar por que estão votando pela privatização da COPASA. Diante disso, penso que esta Casa deveria elaborar uma moção de repúdio contra essa privatização. Não sei se os senhores vereadores concordam, mas acredito que seria importante tomarmos essa iniciativa. Não podemos deixar que isso passe em silêncio. Como foi dito, na hora de pedir votos, todos aparecem, batem à nossa porta. Mas na hora de representar o povo e lutar por seus direitos, muitos se omitem. Precisamos observar com atenção quem realmente está ao lado da população. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Sobre a privatização, quero dizer que, na minha opinião, nada que é privatizado traz benefício real para o povo. Estamos vendo isso com os pedágios em Muzambinho e Alfenas. O que melhorou com esses pedágios? Pintaram o asfalto, colocaram olhos de gato, mas em muitos trechos nem há terceira faixa. E o valor vai subindo, centavo por centavo, de forma terceirizada, só Deus sabe até onde isso vai. Com a COPASA, acredito que será a mesma coisa. Se for privatizada, a empresa que assumir não vai ter consideração com o povo. Vai cobrar o que quiser, porque estará comprando e pagando por isso. E isso vai prejudicar muito a população, não só aqui em Cabo Verde, mas em todas as cidades onde houver privatização. Como

se diz, não sei qual é a intenção das prefeituras de fora, mas acho que elas também deveriam se manifestar. Quanto mais gente se posicionar, mais força teremos. Porque, se a privatização acontecer, depois que estiver feita, vai ser muito difícil para o povo.

**A Senhora Presidente diz:** Todos os vereadores que estiverem de acordo poderão assinar, em nome desta Casa Legislativa a moção de repúdio contra a da COPASA privatização, a qual será encaminhada a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nós agradecemos por você ter vindo, por ter se manifestado e alertado, como servidor que conhece todo o contexto do problema e isso é muito importante expor a população que não tem conhecimento do que realmente está acontecendo. Agradecemos sua presença aqui nesta Casa e nos colocamos à disposição sempre que precisar. Muito obrigada.

Em seguida a Sra. Presidente consulta o Vereador Segundo - Secretário, Sr. Marcos Alexandre da Silva, se há inscritos para utilização da palavra livre. Este informa, que estão inscritos para utilização da palavra livre os(a) Vereadores(a): Maísa Renata Batista Gianini e Lucas Guilherme da Silva. De uso da palavra livre a Vereadora **Maísa Renata Batista Gianini diz:** Gostaria de tratar de alguns assuntos hoje na tribuna. Temos um projeto que foi aderido pela Câmara, fruto da iniciativa de alguns alunos, relacionado aos nossos bebedouros públicos. Tínhamos um bebedouro instalado na frente da Câmara, com uma arquitetura em formato de "C" e "V", e outro nos fundos. A ideia foi pensada para atender à população que utiliza o Hospital São Francisco, especialmente aqueles que acompanham seus entes queridos em momentos delicados. O objetivo era oferecer um local com sombra e acesso à água potável. A localização também foi escolhida por estar próxima à escola, beneficiando quem pratica corrida ou caminhada. Infelizmente, tivemos que retirar o bebedouro da frente da Câmara devido a atos de vandalismo. Não conseguimos manter o modelo arquitetônico original, então optamos por instalar um novo bebedouro na lateral, preservando o projeto. O outro bebedouro permanece nos fundos. Hoje contamos com câmeras de segurança, pois estamos lidando com bens públicos, recursos que pertencem a toda a população, financiados pelos impostos que todos nós pagamos. Na semana passada, infelizmente, houve mais um ato de depredação. Gostaria de deixar um recado aos pais, adolescentes e jovens: é importante que todos prestem atenção e se conscientizem. Se pudermos ajudar, conservar e alertar uns aos outros, estaremos cuidando do nosso município. A cidade é nossa. Não fazemos isso para prejudicar ninguém, pelo contrário, é tudo nosso. Temos um município pequeno, mas que está favorável para nós. Por isso, peço que todos estejam conosco nessa missão de cuidar dos nossos bens públicos. Será exibido um vídeo, fruto de uma parceria com a Polícia Militar, feito para nos ajudar nessa conscientização. Peço que todos assistam e compartilhem esse vídeo com outras pessoas. (apresentação do VIDEO). Gostaria também de fazer um agradecimento, em nome desta Casa Legislativa. Em abril de 2025, realizamos uma reunião no trevo de São Bartolomeu de Minas com o representante do DNIT, senhor Fabiano. Na ocasião, fizemos diversos pedidos relacionados à BR-146, pois estávamos bastante preocupados com alguns pontos críticos da rodovia. Destacamos, por exemplo, a descida do Alto do Sapé, onde já estão iniciando os trabalhos de melhoria. Também mencionamos a ponte próxima à entrada do Elcio e outro trecho problemático nas proximidades de São Bartolomeu. Felizmente, essa semana os trabalhos começaram. Enviei um áudio de

agradecimento ao senhor Fabiano, em nome desta Casa, e gostaria de formalizar esse reconhecimento por meio de um ofício, que pretendo apresentar no momento dos requerimentos. É importante valorizar esse olhar atento ao nosso município. Além disso, houve um acidente recente no trevo de Novo. Por isso, aproveitando que os trabalhos estão em andamento, solicitamos que o DNIT tenha atenção especial à questão do radar nesse trecho. Infelizmente, recebemos a informação de que, para reinstalar o radar, seria necessário ocorrer um acidente fatal, o que é inacreditável, mas foi a resposta que tivemos. Reforçamos, portanto, nosso pedido para que o DNIT tenha esse cuidado e atenção com o trevo, pois nossa preocupação é constante com a segurança da população. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Senhora presidente, gostaria de fazer um comentário sobre a empresa responsável pela execução das obras. O serviço que está sendo realizado está muito ruim e bastante precário em alguns pontos. O sistema de “Siga e Pare” que eles estão utilizando está liberando os dois lados ao mesmo tempo, o que já causou diversas situações de risco, com possibilidade real de acidentes. Além disso, há trechos onde o serviço está sendo feito de forma inadequada. Em certos locais, como no desvio à direita na descida, a altura do acostamento está muito elevada, cerca de 25 centímetros, o que pode fazer com que um veículo capote ao sair da pista. Por isso, acredito que a fiscalização do serviço executado precisa acontecer com urgência. O senhor Fabiano também precisa ser informado sobre essas falhas, já que a área é de responsabilidade do Departamento Rodoviário Federal. É essencial que ele tome as medidas necessárias junto à empresa que venceu a licitação, para que os trabalhos sejam feitos corretamente. Outro ponto que gostaria de destacar é o posicionamento dos caminhões. Eles estão parando bem no centro da cidade, o que congestiona ainda mais o trânsito, que já é caótico durante o dia, e prejudica o movimento local. Esses veículos poderiam ser direcionados para o espaço do Poliesportivo, evitando transtornos à população. Era isso que eu queria registrar. A Vereadora **Maísa diz:** Gostaria de deixar uma sugestão para que, no momento dos nossos requerimentos, seja encaminhado um ofício contendo todos esses detalhes e pontuações que foram mencionados. Acredito que são informações importantes e que merecem ser registradas e comunicadas formalmente. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Sobre esse assunto, gostaria de relatar que, na sexta-feira, estive em alguns pontos da BR-146. No mês passado, o senhor Fabiano esteve aqui e me acompanhou em uma visita a alguns trechos da rodovia, inclusive os que estão passando por obras. Na sexta-feira, a situação estava caótica, especialmente no trecho conhecido como “desvio”. Estava realmente um caos. Populares chegaram a ligar para a Polícia Rodoviária, e, surpreendentemente, a resposta foi de que o trecho da BR-146 em Cabo Verde não era de responsabilidade deles, talvez tenham consultado o mapa errado. Diante disso, entrei em contato com o diretor operacional da corporação. Mesmo estando de folga, ele prontamente enviou uma viatura, que chegou em menos de vinte minutos. Também liguei para o senhor Fabiano, informando sobre o caos e a necessidade urgente de fiscalização sobre a empresa responsável pela obra. Conversei com os funcionários da empresa, mesmo sabendo que não é nossa função direta, mas como cidadão, acredito que temos o dever de agir. Infelizmente, fui tratado com desrespeito, chegaram a rir da minha cara. Pedi

que coordenassem melhor a liberação do tráfego, e a resposta foi que estavam sem sinal de celular e sem rádio, liberando os veículos “mais ou menos”. O resultado disso foi um acidente, ocorrido nas proximidades de São Bartolomeu. A própria vítima entrou em contato comigo hoje, solicitando imagens da Polícia Militar para se orientar sobre os procedimentos. Eu já previa que algo assim poderia acontecer. No dia em que estive lá, presenciei uma carreta subindo e um Fusca descendo ao mesmo tempo. Felizmente, o motorista do Fusca conseguiu jogar o carro para o acostamento, evitando uma tragédia. A situação está muito perigosa e exige providências urgentes. O Vereador **Marcos Alexandre da Silva solicita um aparte e diz:** Na sexta-feira retrasada, eu estava vindo de Guaxupé à noite, sob chuva. Assim como o vereador Lucas mencionou, era difícil saber quem estava vindo e quem estava voltando na rodovia, a visibilidade era muito baixa. Acredito que o horário em que estão realizando esses serviços precisa ser revisto. Esses trabalhos deveriam ocorrer durante o dia, pois à noite, especialmente com chuva, a situação se torna extremamente perigosa. Há risco não só para os motoristas, mas também para os próprios trabalhadores, que podem não enxergar um veículo e acabar sendo atropelados. **A Vereadora Maísa diz:** Vamos elaborar esse ofício em nome de todos os vereadores desta Câmara Municipal, como um posicionamento coletivo. Acreditamos que, ao agir em totalidade, teremos mais força e representatividade para encaminhar nossas demandas e preocupações. O Vereador **Pedro Sérgio Aparecido solicita um aparte e diz:** Gostaria de registrar que, aparentemente, houve uma troca de empresa responsável pelas obras na BR-146. A primeira empresa que iniciou os trabalhos, especialmente na área do desvio, executou um serviço de qualidade bastante questionável. Agora, uma nova empresa está dando continuidade às intervenções. O problema que estava ocorrendo era o seguinte: o sistema de “Siga e Pare” estava posicionado acima da ponte de São Bartolomeu, segurando o tráfego vindo de Muzambinho. No entanto, os veículos que desciam de São Bartolomeu acabavam se deparando com os que subiam, gerando situações perigosas. Inclusive, em um desses momentos, eu estava descendo para a cidade e precisei jogar meu carro no acostamento, próximo às máquinas da empresa, para evitar uma colisão com um caminhão. Um dos funcionários ainda reclamou comigo, dizendo que eu não estava vendo as máquinas. Respondi que, se não há sinalização adequada, como o motorista vai saber? A sinalização precisa ser clara, especialmente para quem está saindo de São Bartolomeu. Além disso, há muitas entradas ao longo do trecho, e o tempo de espera está excessivo. Agora, parece que o serviço vai continuar por mais alguns dias. Eles começaram recortando as rachaduras do asfalto e estão aplicando uma nova manta asfáltica por cima. Hoje, essa manta já avançou bastante e está chegando a outros pontos da rodovia. Se não houver sinalização adequada, o risco de acidentes será ainda maior. O tráfego sobre o asfalto recém-aplicado pode gerar muitos problemas. Fica aqui o alerta. **A Vereadora Maísa diz:** Gostaria de abordar outro assunto de grande relevância: os riscos de fechamento das APAEs. Como educadora, preciso manifestar minha preocupação. Hoje, temos a proposta de educação inclusiva nas escolas, e recebemos alunos com diversas necessidades. No entanto, não contamos com todos os profissionais especializados para oferecer o suporte adequado. Faltam fisioterapeutas, psicólogos e terapeutas ocupacionais (T.O), entre outros. Diante disso,

é inadmissível cogitar o fechamento das APAEs, justamente quando nossas escolas não têm estrutura profissional para atender essas demandas. É uma indignação muito grande. Na APAE, sabemos que há profissionais capacitados, psicólogos, terapeutas ocupacionais, além de estrutura adequada, como a piscina, que é essencial para o trabalho de desenvolvimento motor das crianças. Esse tipo de atendimento não existe nas escolas regulares. Por isso, gostaria de registrar, em nome desta Casa Legislativa, nossa indignação diante dessa possibilidade absurda de fechamento das APAEs. Essas instituições são fundamentais para garantir dignidade, inclusão e atendimento especializado às pessoas com deficiência. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro solicita um aparte e diz:** Só para informação: a APAE de Cabo Verde conseguiu, junto ao Ministério da Educação, a regularização para atuar na área da educação? A Vereadora **Maísa diz:** Eu não posso te falar com afirmação, mas a gente pode entrar em contato amanhã com o José Antônio para saber. O Vereador **Luiz Carlos Ribeiro diz:** É que ouvi recentemente, relacionada ao posicionamento sobre essa questão e também ao fortalecimento do Centro-Dia, que é um trabalho realizado pela APAE muito importante aqui em Cabo Verde. A Vereadora **Maísa diz:** Quando falamos sobre o risco de fechamento da APAE, é importante lembrar que muitos usuários que já concluíram o terceiro colegial continuam sendo atendidos no Centro-Dia, por meio de uma parceria com o Instituto Federal. Se a APAE for fechada, esses jovens perderão esse espaço de inclusão, o ciclo se encerra, e isso é extremamente preocupante. É uma indignação muito grande. A cada notícia, somos surpreendidos e entristecidos com a possibilidade de perder serviços tão essenciais. Outro ponto que gostaria de destacar é uma publicação feita pelo Douglas nas redes sociais, relacionada à acessibilidade em Cabo Verde. Inclusive, enviei uma mensagem a ele sobre isso. É um tema que precisamos pensar com seriedade e agir com rapidez no nosso município. Quando realizamos a reforma desta Casa Legislativa, pensamos justamente na questão da acessibilidade. Por termos escadas, instalamos uma plataforma elevatória, garantindo que qualquer pessoa com mobilidade reduzida possa chegar até aqui e assistir às nossas reuniões. É uma alegria muito grande quando essas pessoas podem estar conosco presencialmente. Por isso, gostaria de fazer um pedido, que seja registrado na hora dos requerimentos: que sejam tomadas providências urgentes para melhorar a acessibilidade em Cabo Verde, especialmente nos comércios, bancos, postos de saúde e unidades dos ESFs. Precisamos nos preocupar com isso. Douglas mencionou que, em alguns locais, é constrangedor precisar chamar alguém para levantar uma cadeira de rodas. E, de fato, isso é algo que precisa ser resolvido com urgência. O Vereador **Lucas Guilherme da Silva solicita um aparte e diz:** Presidente, além de existirem diversas leis que tratam do amparo e da obrigatoriedade de garantir acessibilidade, é evidente que o município precisa se conscientizar e agir. É uma responsabilidade que não pode ser ignorada. A Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco solicita um aparte e diz:** Gostaria de compartilhar uma observação que comentei com a vereadora Maísa mais cedo. No início do ano, o prefeito havia mencionado que contrataria um engenheiro de trânsito, mas isso acabou não se concretizando. Inclusive, fizemos uma visita ao Chapadão com o padre Roney, que se prontificou a nos auxiliar. Posteriormente, ele mesmo comentou que estava tudo errado, inclusive as cores das

faixas que estavam sendo pintadas. Agora, começaram a fazer a pintura das faixas na cidade, mas tenho observado algumas situações preocupantes. Por exemplo, pessoas que utilizam cadeiras de rodas motorizadas não conseguem acessar as calçadas. Elas são obrigadas a circular pela rua, o que representa um grande risco. Outro dia, vi um carro quase atingir um rapaz próximo ao bar do Antônio Wilson. Se um veículo vier em alta velocidade, essas pessoas não têm como desviar ou subir na calçada, simplesmente porque não há acessibilidade. Em Cabo Verde, infelizmente, não há locais com acessibilidade adequada. Nem mesmo a prefeitura oferece esse acesso. Lá, há escadas de ambos os lados, impossibilitando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida. Como o engenheiro de trânsito não foi contratado, o que está sendo feito são apenas pinturas. Mas o trânsito não melhorou, pelo contrário, parece que piorou. Não há vagas para estacionar, e há faixas amarelas em praticamente todos os lugares. Aqui na Câmara, por exemplo, foi pintada uma faixa ao lado inteiro, quando poderia ter sido feita apenas na curva. Se continuar assim, daqui a pouco todos terão que deixar o carro em casa e andar a pé, porque está ficando impossível circular pela cidade. O Vereador **Vitor Espedito Megda solicita um aparte e diz:** Gostaria de compartilhar uma informação. Na gestão passada, comentei aqui na Câmara sobre o município de Monte Belo, onde costumo ir com frequência. Lá, vários loteamentos já contam com acessibilidade adequada. Conversei sobre isso com o vereador Luiz Carlos, que inclusive fez uma indicação, e nós aprovamos o projeto. A partir de agora, os próximos loteamentos que forem implantados em nossa cidade deverão, por lei, garantir acessibilidade. Esse já é um passo importante, um pontapé inicial. No entanto, a cidade como um todo ainda enfrenta uma necessidade urgente nesse aspecto. Todos nós estamos lutando constantemente para que isso se torne realidade. A Vereadora **Maísa diz:** Na verdade, o que estamos tratando aqui é inclusão. Precisamos trabalhar a inclusão de forma efetiva. De uso da palavra livre o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** Gostaria de deixar clara minha posição em relação à COPASA, pois percebo que há confusão entre dois temas distintos: a taxa de esgoto e a privatização da empresa. Hoje mesmo, ao enviar um texto em um grupo de WhatsApp, duas pessoas saíram do grupo achando que eu não defendia a redução da tarifa de esgoto em Cabo Verde. Mas é importante reforçar: uma coisa é a luta pela redução da taxa de esgoto, que todos os vereadores estão empenhados em resolver, e outra é a questão da privatização da COPASA. Sobre a taxa de esgoto, realizamos estudos, aprovamos leis e estamos buscando alternativas para reduzir o impacto financeiro à população, sempre prezando pela qualidade do serviço. A COPASA presta um serviço satisfatório, embora possa melhorar em alguns aspectos, como foi apontado na audiência pública realizada no ano passado. Torço para que, na nova licitação que será realizada com novos termos e sob outra agência reguladora, a ARISMIG, e não mais a ARSAE, a própria COPASA vença e se comprometa com os novos parâmetros, inclusive com a possibilidade de redução da tarifa. Já a privatização da COPASA é outro assunto. Trata-se de uma empresa pública consolidada, que gera lucro ao governo e não prejuízo. Não vejo sentido em o Estado abrir mão de um patrimônio como esse. Embora existam metas do Marco do Saneamento Básico para 2032, há outras formas de cobrar eficiência sem recorrer à privatização, que não garante melhorias imediatas. Procurei meus deputados,

que infelizmente têm outro posicionamento, mas sigo dialogando. E mesmo discordando nesse ponto, continuo apoiando-os em outras pautas, pois reconheço o apoio que nos dão em diversas áreas. Mudando de assunto, gostaria de fazer uma sugestão à presidente e aos colegas vereadores: que possamos criar uma medalha de reconhecimento aos profissionais da saúde, nos moldes da homenagem feita às professoras, como a Medalha Jane. Proponho que essa nova honraria leve o nome do doutor Júlio César de Souza, médico que deixou um legado imensurável em nossa cidade. Seu atendimento era humanizado, especialmente com as crianças, e seu amor por Cabo Verde era evidente. Ainda temos médicos que seguem esse exemplo, atendendo fora do horário, aos finais de semana, sempre com dedicação. Temos mais de cem funcionários no hospital, além de muitos outros na Secretaria de Saúde e nos ESFs. Não é possível homenagear todos, mas ao reconhecer um profissional exemplar, como fizemos com os professores, os demais também se sentem valorizados. Faço esse pedido para que seja uma iniciativa conjunta da Câmara. Por fim, gostaria de comentar dois requerimentos que fiz à prefeitura. O primeiro foi solicitando apoio ao cidadão Pedro, que disputaria um campeonato de fisiculturismo em Poços de Caldas. A prefeitura respondeu que ele não havia procurado o setor responsável, o que não condiz com a realidade. Ele procurou, eu procurei, outras pessoas também. Felizmente, deu tudo certo, mas a resposta oficial foi equivocada. O segundo requerimento tratava da falta de uniformes para funcionários da prefeitura. A resposta foi que há uniformes para todos e que não usa quem não quer. No entanto, a última licitação para compra de uniformes foi em 2022. Desde então, quem entrou recebeu sobras ou doações de colegas. Ou seja, não há uniformes suficientes. Essas respostas colocam o Poder Executivo em descrédito. Nós, vereadores, trazemos demandas legítimas da população. Não ganhamos nada a mais por isso, apenas mais trabalho. O mínimo que esperamos é respeito, atenção e respostas adequadas. Deixo claro à população que nos acompanha que essa é a forma como os vereadores têm sido tratados nas respostas aos requerimentos, que representam as necessidades da própria comunidade, inclusive de quem votou no atual prefeito. Ainda que ele não redija as respostas, é sua responsabilidade garantir que tudo seja feito com seriedade e respeito. Era isso, senhora presidente. Na sequência, passa-se a **ORDEM DO DIA**. Consulta os Senhores(as) Vereadores(as) se estão de acordo com a suspensão da leitura da Ata de acordo com a Resolução 006/2013. Os Senhores(as) Vereadores(as) se manifestam favoráveis à suspensão da leitura da Ata da Reunião Ordinária, pois já vieram até a Secretaria antes dessa Sessão e procederam a leitura da mesma, averiguando seus conteúdos. A Ata é aprovada pelos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. Neste momento a Sra. Presidente encaminha o Projeto de Resolução nº 09/2025 que, **REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 27, INCISO IX, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, Projeto de Lei Complementar nº 238/2025 que, **REVOGA O INCISO V, ALÍNEAS A,B,C, D, DO ARTIGO 549 (SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO COMPULSÓRIOS), DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 005, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1998 QUE “ INSTITUI O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CABO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, as Comissões de Legislação, Justiça, Redação e demais Comissões Permanentes para análise, discussão, elaboração de Pareceres e votação.

Informa que o Projeto de Resolução 09/2025 será discutido e votado ainda hoje, por se tratar de Projeto de autoria desta Casa Legislativa. E também o Projeto de Lei Complementar nº 238/2025 será discutido e votado em regime de urgência, por se tratar de matéria urgente, com prazo estabelecido até o dia 29/10/2025, em resposta aos questionamentos através de inquérito expedidos pela Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade do Ministério Público do estado de Minas Gerais. A Sra. Presidente indaga se algum(a) Vereador(a) deseja comentar ou fazer algum requerimento verbalmente. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva requer o que segue:** Gostaria de solicitar que esta Casa Legislativa envie uma moção de pesar à família do senhor Pedro Adão Rodrigues, em nome de todos os vereadores. Trata-se de uma justa homenagem a alguém que deixou um legado cultural valioso para nossa cidade. Além disso, proponho que esta Casa faça uma sugestão formal à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, especialmente no âmbito da cultura, para que seja realizada a digitalização e o tombamento do acervo literário deixado por Pedro Adão. Ele produziu mais de mil poesias, uma obra fantástica que merece ser preservada e valorizada. Tenho certeza de que essa iniciativa será de grande proveito para nós e para as futuras gerações. Outro ponto que gostaria de levantar é a necessidade de intensificar a fiscalização dos ambulantes nos finais de semana. Sabemos que muitos vêm à cidade nesses dias justamente por saberem que a fiscalização é menor ou inexistente. Esses ambulantes não contribuem com o município e acabam prejudicando os comerciantes locais, que mantêm seus compromissos fiscais e geram empregos. Fui procurado por diversos comerciantes que estão preocupados com essa situação, e por isso peço que a prefeitura reforce a fiscalização nesse período. Por fim, solicito que seja instalada uma placa de proibição de trânsito de caminhões, em ambos os sentidos, na Rua Gardênia, localizada abaixo da rodoviária e que dá acesso à Rua Freia Martins. Trata-se de uma via extremamente estreita, onde já ocorreram acidentes, inclusive com caminhões que bateram em residências e arrancaram fiações. É uma medida urgente para garantir a segurança dos moradores e preservar a infraestrutura local. A Vereadora **Maísa Renata Batista Gianaini solicita um aparte e diz:** Vereador Lucas, gostaria de reforçar que esse pedido precisa reiterar. Já fiz essa solicitação anteriormente, então estamos aqui para reiterar essa demanda. E sobre os ambulantes, também é importante destacar que essa preocupação não é nova. Já fizemos esse pedido anteriormente, especialmente durante o período da colheita do café. E não é só nos finais de semana, durante a semana também percebemos um aumento significativo na presença de ambulantes na cidade. Essa situação nos deixa em uma posição delicada com os nossos comerciantes locais, que são fiéis à cidade e contribuem regularmente com o município. Precisamos garantir que haja fiscalização adequada para proteger esses empreendedores que mantêm seus compromissos e ajudam a movimentar a economia local. **O Vereador Lucas diz:** Em relação a esse pedido específico sobre o trânsito, gostaria de solicitar ao senhor, como líder de governo, que nos ajude junto ao prefeito. Já foram feitos muitos pedidos ao longo deste ano, inúmeros, inclusive por mim, e acredito que outros vereadores também têm encaminhado diversas solicitações nessa área. **O Vereador Luiz Carlos Ribeiro diz:** Gostaria de acrescentar uma sugestão ao pedido relacionado à circulação

de caminhões. Que seja encaminhado também ao Poder Executivo um pedido para que seja feito contato com o Google, especificamente com o serviço Google Maps, visando corrigir a rota indicada para caminhões. Atualmente, ao buscar o trajeto no aplicativo, é sugerido que os veículos subam pela rua da rodoviária, uma via estreita e perigosa, especialmente para caminhões. Já presenciei essa situação, inclusive pela Rua São Carlos, e é evidente que essa rota não é adequada. Recentemente, recebemos o SEBRAE em nossa cidade, e o ônibus da instituição foi direcionado para essa mesma rua, provavelmente por conta da referência à rodoviária no mapa. O resultado é que os veículos continuam subindo o morro, mesmo sendo contramão e proibido para caminhões. Por isso, sugiro que seja feita uma força-tarefa entre os órgãos da prefeitura e o Executivo, para solicitar ao Google a alteração da rota padrão, colocando como referência principal o centro da cidade, a Praça da Matriz, e não a rodoviária. De uso da palavra o Vereador Pedro Sérgio Aparecido **requer o que segue:** gostaria de transformar em requerimento esta moção de repúdio contra a privatização da COPASA, e solicitar que os demais vereadores desta Casa assinem em conjunto. Só isso. De uso da palavra o Vereador **João Paulo de Moraes requer o que segue:** No mês passado, tive uma conversa com o deputado Ulisses Gomes, inclusive almoçamos juntos no restaurante da Cristina, e ele se comprometeu a destinar uma verba para o asfaltamento da Rua São Benedito. Para isso, solicitou que o prefeito Claudinho enviasse o orçamento e elaborasse o projeto, a fim de viabilizar o repasse dos recursos. Neste último sábado, também conversei com o deputado Odair Cunha, durante sua visita ao bairro Chapadão. Ele prometeu encaminhar uma verba para a Rua Quentinho Bocaiúva, que dá acesso às casas do programa Minha Casa, Minha Vida. A ideia é dar continuidade ao asfaltamento daquela via. Para isso, também é necessário que o prefeito envie o projeto com urgência, pois a comunidade já está cobrando. Além disso, já havia solicitado anteriormente a elaboração de um projeto para a reforma da praça localizada na Rua Prefeito José Romão de Souza. Segundo informações, os recursos para essa obra já estão disponíveis em conta, mas até o momento o projeto não foi enviado, e a população continua aguardando. Reforço, portanto, o pedido ao prefeito Claudinho para que providencie com urgência os projetos necessários, a fim de garantir o recebimento dessas verbas e atender às demandas da população. Só isso, senhora presidente. De uso da palavra o Vereador Vitor Espedito Megda **requer o que segue:** gostaria de solicitar ao Poder Executivo que seja realizado um manilhamento para conter uma enxurrada que ocorre na divisa do município, nas proximidades da propriedade do senhor Lazineira Verola, localizada no morro. A enxurrada tem início na região da propriedade do doutor Rubem, desce pela encosta e deságua no Ribeirão, justamente na divisa municipal. Há viabilidade técnica para construir uma boca de lobo no lado esquerdo da via, direcionando essa água para o pasto do doutor Ricardo, com quem já conversei e que se mostrou totalmente favorável à proposta. O problema é que, quando há cascalhamento na área, a enxurrada acaba levando todo o material embora. A solução seria simples: construir uma boca de lobo com uma grade de proteção para evitar acidentes. Isso resolveria o problema e atenderia toda a região de forma eficaz. Tenho certeza de que essa intervenção deixaria todos os moradores satisfeitos. De uso da palavra o Vereador Marcos Alexandre da Silva **requer o que segue:** gostaria de

solicitar ao Poder Executivo, por meio de requerimento, atenção especial ao trecho conhecido como morro do Murilo. O local está voltando a apresentar problemas, pois embora tenha recebido cascalhamento em parte da via, a enxurrada não foi devidamente contida. Da casa do Murilo para frente, no alto do morro, não foi colocado cascalho, apenas foi feita a raspagem. Com as chuvas, os moradores enfrentam grandes dificuldades para acessar suas residências. Em muitos casos, precisam deixar os veículos no caminho ou retornar, impossibilitados de seguir até suas casas. A situação é crítica, inclusive para quem utiliza o trajeto para chegar à região das Almas, no alto. Já conversei anteriormente com o prefeito Claudinho, que chegou a enviar cascalho e entulho para amenizar o problema. Na ocasião, ele afirmou que, após o término da colheita do café, voltaria ao local para realizar um serviço completo, alargando a estrada e aplicando cascalho de forma adequada. Esse caminho é muito utilizado, tanto por quem se desloca para a cidade quanto por trabalhadores da região. Por isso, reforço o pedido para que o Executivo dê atenção a essa demanda. Não tive tempo hábil para formalizar o pedido por meio de ofício, mas gostaria que esta solicitação fosse registrada como requerimento. De uso da palavra a Vereadora Máisa Renata Batista Gianini **requer o que segue:** Gostaria de formalizar os requerimentos que mencionei durante a palavra livre, e pedir o apoio dos demais vereadores nesta solicitação. O primeiro requerimento é direcionado ao DNIT, e será transformado em ofício. Solicito que seja encaminhado à empresa responsável pela obra na BR-146, pedindo máxima atenção à sinalização no trecho onde há acesso aos bairros Condessa e São Bartolomeu. Já houve acidentes no local, e é fundamental que a sinalização seja feita com responsabilidade, garantindo a segurança dos cidadãos de Cabo Verde e de outros municípios que utilizam aquela via. Além disso, é essencial que o trabalho realizado seja de excelência, com fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes. Estamos há cinco anos aguardando o início dessa obra, e agora que ela finalmente começou, é nosso dever acompanhar e cobrar para que tudo seja feito com qualidade e respeito à população. Reforço, portanto, que o trabalho na BR-146 seja conduzido com seriedade, segurança e excelência, como nossa cidade merece. De uso da palavra a Vereadora **Liamara Pereira Castello Branco diz:** Na verdade, não se trata de um requerimento formal, mas gostaria de levantar uma preocupação. Com a chegada do período de chuvas, sabemos que nosso município enfrenta dificuldades por não dispor de cascalho de boa qualidade. Inclusive, foi mencionado na última reunião que está difícil encontrar locais adequados para retirada de cascalho. Diante disso, gostaria de perguntar ao vereador Luiz Carlos, líder do Governo na Casa, se há alguma previsão sobre o funcionamento do britador municipal. O Vereador Luiz Carlos Ribeiro responde que no momento da sua palavra como líder do Governo na Casa dará essa informação. A Sra. Presidente consulta todos(as) Senhores(as) Vereadores(as), se estão de acordo com o envio dos Requerimentos. Todos(as) se manifestam favoráveis ao envio dos mesmos a seus destinatários. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, passa-se a Reunião Extraordinária para discussão e votação do

Projeto de Resolução nº 09/2025 e Projeto de Lei Complementar nº 238/2025, em regime de urgência. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

---

**João Paulo de Moraes**

---

**José Maria Messias**

---

**Juscelino Tereza**

---

**Liamara Pereira Castello Branco**

---

**Lucas Guilherme da Silva**

---

**Luiz Carlos Ribeiro**

---

**Maísa Renata Batista Gianini**

---

**Marcos Alexandre da Silva**

---

**Pedro Sérgio Aparecido**

**OBSERVAÇÕES:** \_\_\_\_\_

---

**ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE – MG, REALIZADA NO DIA 27 (VINTE E SETE) DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, NO HORÁRIO DAS VINTE HORAS.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, no horário das vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal, situado a Praça São Francisco de Assis, nº 07, desta cidade, sob a Presidência da Vereadora Máisa Renata Batista Gianini, e Secretariada pelo Vereador Primeiro-Secretário, Pedro Sérgio Aparecido, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Verde, em caráter Ordinário, devidamente convocada na forma regimental, com presença verificada dos Senhores(as)Vereadores(as): João Paulo de Moraes, José Maria Messias, Liamara Pereira Castello Branco, Lucas Guilherme da Silva, Luiz Carlos Ribeiro, Máisa Renata Batista Gianini, Marcos Alexandre da Silva e Pedro Sérgio Aparecido e Vítor Espedito Megda. Em seguida, passa-se a **ORDEM DO DIA**. A Sra. Presidente solicita a Assessora Legislativa, Sra. Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Parecer referente ao Projeto de Resolução nº 09/2025 que, **REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 27, INCISO IX, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Parecer:** O presente projeto tem por finalidade regulamentar a concessão do benefício anual aos servidores do Poder Legislativo Municipal, prática já adotada de forma contínua desde o ano de 2006, com fundamento no artigo 27, inciso IX, do Regimento Interno, e no artigo 36, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal. A proposição não representa aumento de despesa nem inovação normativa, limitando-se a atualizar e formalizar critérios objetivos já observados pela administração da Casa, como a exigência de efetivo exercício e a proporcionalidade do pagamento. Diante da adequação legal, regimental e orçamentária da medida, as Comissões Permanentes manifestam-se pela legalidade, constitucionalidade e aprovação do Projeto de Resolução nº 09/2025, nos termos apresentados. Na sequência submete o referido Projeto de Resolução a discussão dos(a) Senhores(a) Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** Senhora presidente, eu acho que isso é muito justo com os servidores e servidoras da Câmara Municipal. Durante esse ano, eu tive uma verdadeira aula aqui, uma aula de dedicação ao serviço público que a gente não vê nos demais, não. Não vou generalizar tanto, mas a gente não vê tanta dedicação assim em muitos órgãos públicos por aí. Claro que existem servidores muito dedicados, sim. Mas aqui na Câmara Municipal, realmente, a equipe que tem aqui está de parabéns. Eu quero dar os parabéns pra vocês, viu. E isso é muito justo. De uso da palavra o Vereador **Marcos Alexandre da Silva diz:** Senhora presidente, eu acho que o que o vereador Lucas falou faz muito sentido. O pessoal aqui da Câmara nos dá suporte em tudo que a gente precisa. Quando a gente fala, eles resolvem na mesma hora. Por isso, acho que é algo muito justo. São pessoas que realmente fazem por merecer. Estão sempre prontos, sempre dedicados. Então, essa gratificação é mais do que merecida. De uso da palavra a **Vereadora Máisa diz:** Gostaria de complementar o que já foi dito. Às vezes, a gente tem liberdade e confiança no trabalho dos servidores que estão aqui conosco. E eu mesma já brinquei dizendo: “Não, pode parar, você não é vereadora.”, porque chega num ponto em que

eles explicam tudo certinho, com tanta dedicação, que parecem mesmo fazer parte da vereança. Acho que nós, como vereadores, e agora, tendo a oportunidade de atuar também como gestora, precisamos ouvir mais. Muitas das demandas que chegam da população até nós, já passaram antes pelas mãos dos servidores. Por isso, é fundamental reconhecer e valorizar esse trabalho. Agradecer ao servidor público é essencial. Nem sempre é possível fazer isso da forma ideal, mas acredito que essa homenagem é uma maneira justa que esta Casa Legislativa tem de agradecer a todos que estão conosco. Quando há eventos, quando há qualquer necessidade, sabemos que podemos contar com todos. Todos abraçam a causa e permanecem ao nosso lado. Inclusive, em relação a projetos que tramitam aqui, vemos a preocupação e o envolvimento dos servidores. Eles contribuem diretamente com o funcionamento da Câmara e, de certa forma, acabam sendo um pouquinho da vereança conosco. Gratidão a todos vocês que estão aqui para contribuir com a gente. De uso da palavra o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro diz:** Acho que não poderia deixar de usar a palavra neste momento. Já fui presidente desta Casa em outra gestão, e muitas vezes, quando a gente ganha a eleição no primeiro mandato, acredita que pode fazer um monte de coisas. Mas é aí que entram os servidores, para nos colocar com os pés no chão, nos fazer pensar na legalidade, nas ordens da lei, e mostrar que não se pode fazer tudo de qualquer maneira. É por isso que o trabalho deles é tão importante. Parabéns a todos os servidores desta Casa de Leis. De uso da palavra o Vereador **Pedro Sérgio Aparecido diz:** eu acho que essa gratificação é mais que merecida. Como a senhora mesma disse, estou aqui há cinco anos, e lembro que quando comecei, a gente fica um pouco apreensivo. Mas saber que temos respaldo, que temos esses servidores ao nosso lado, é fundamental. Eles são um verdadeiro escudo pra gente. Me sinto muito à vontade de vir toda segunda-feira para a reunião, sabendo que vocês estão aqui para dar assistência pra nós. Agradeço de coração. É merecido, vocês estão todos de parabéns. E que a gente continue aqui, juntos, trabalhando. Todos(as) os(as) demais Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Resolução em discussão. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Resolução à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Resolução nº 09/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente solicita a Assessora Legislativa, Sra. Auricélia Martins da Silva Prado que proceda a leitura do Ofício enviado ao Executivo para providências cabíveis e Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 238/2025. **Ofício 136/2025. ASSUNTO:** Encaminhamento de Portaria e Ofício expedidos pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Procedimento Administrativo n.º 34.16.0024.0269371.2025-86. **CABO VERDE, 17 DE OUTUBRO DE 2025.** Excelentíssimo Senhor Prefeito, Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio do presente, encaminhar, para conhecimento e eventuais providências que Vossa Excelência entender cabíveis, cópia da Portaria instauradora e do Ofício n.º 630/2025-CCConst-PGJ, ambos expedidos pela Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Os documentos referem-se à instauração de procedimento administrativo para análise da constitucionalidade do artigo 549, inciso V, alíneas “a” a “d”, da Lei Complementar

Municipal n.º 05/1998, que trata do fornecimento de equipamentos públicos (máquinas e implementos) mediante contraprestação por parte de particulares, sem, todavia, prever critérios objetivos para a respectiva fruição. Assim, na qualidade de chefe do Poder Executivo, cuja iniciativa e competência administrativa envolvem a proposição de eventuais alterações legislativas ou regulamentação da matéria, solicita-se a análise do conteúdo e, se for o caso, a adoção das providências que se fizerem necessárias à adequada adequação normativa. Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada estima e consideração. **Parecer:** O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade, instaurou o Procedimento Administrativo n.º 34.16.0024.0269371.2025-86 para examinar a compatibilidade constitucional do art. 549, inciso V, alíneas “a” a “d”, da Lei Complementar Municipal n.º 05/1998, que trata dos Serviços Públicos Não Compulsórios (fornecimento de máquinas e implementos mediante pagamento de taxa). O fundamento do MP é de que o dispositivo municipal poderia violar os arts. 13, §1º, 165, inc. VI e 166 da Constituição Estadual. A Portaria e o Ofício n.º 630/2025-CCConst-PGJ requisitaram à Câmara Municipal que encaminhasse certidão de vigência e eventuais alterações legislativas, bem como manifestação sobre a constitucionalidade do dispositivo. Em atenção, a Câmara Municipal, por meio do Ofício n.º 136/2025, encaminhou os documentos ao Prefeito Municipal, solicitando análise e eventuais providências legislativas, diante da competência do Executivo para propor alterações em matéria tributária (art. 61, §1º, II, “b”, da CF/88, aplicado por simetria). Em resposta, o Prefeito Cláudio Antônio Palma apresentou o Projeto de Lei Complementar n.º 238/2025, que: Revoga o inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do art. 549 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1998 (Código Tributário Municipal); Fundamenta-se no atendimento ao Ofício n.º 136/2025 da Câmara Municipal; Justifica-se como medida de adequação normativa diante do questionamento de constitucionalidade instaurado pelo MP. A proposição é correta quanto à iniciativa, pois trata de matéria tributária e de organização administrativa atinente à gestão de bens e serviços públicos, temas cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo Municipal. O conteúdo revogado trata de serviços públicos não compulsórios, prestados mediante cessão de bens públicos (máquinas, implementos etc.) a particulares, mediante pagamento de taxa. Ocorre que, conforme entendimento pacífico do STF e dos Tribunais de Contas, taxa pressupõe o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviço público específico e divisível, enquanto o uso de bens públicos mediante contraprestação tem natureza de preço público (art. 145, II, CF). Assim, a previsão original do Código Tributário de Cabo Verde, ao fixar taxa pela cessão de bens, é materialmente inconstitucional, razão pela qual a revogação do dispositivo é medida adequada e saneadora. Com a aprovação do projeto. Elimina-se do Código Tributário Municipal qualquer previsão de cobrança de taxa pela cessão de bens públicos; O Município, se desejar manter a cessão remunerada de equipamentos, deverá fazê-lo mediante contrato administrativo e preço público, fixado por ato regulamentar (portaria, decreto, tabela anexa), conforme Lei 8.666/1993 e Lei 14.133/2021 (art. 89). A tramitação e o conteúdo do Projeto de Lei Complementar n.º 238/2025 estão juridicamente adequados e tecnicamente corretos, atendendo

integralmente à recomendação ministerial e sanando possível vício de inconstitucionalidade. As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cabo Verde, por tudo que foi exposto, manifestam-se pela constitucionalidade, legalidade e aprovação da matéria, por entenderem que a revogação atende à recomendação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Procedimento Administrativo nº 34.16.0024.0269371.2025-86, assegurando conformidade do ordenamento jurídico municipal às normas constitucionais e tributárias vigentes. Na sequência submete o referido Projeto de Lei Complementar a discussão dos(a) Senhores(a) Vereadores. Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. De uso da palavra o Vereador **Lucas Guilherme da Silva diz:** só para resumir para a população o que está acontecendo: há uma apuração em andamento no Ministério Público sobre um serviço supostamente regular, prestado com máquinas da prefeitura, que pode ter sido executado de forma irregular. Durante essa apuração, a promotoria identificou uma possível inconstitucionalidade no Código Tributário do município, de 1998. Diante disso, o Ministério Público sugeriu que o município fizesse a devida adequação, e o prefeito, corretamente, está tomando providências para revogar o artigo em questão. Com essa revogação, a prefeitura não poderá mais cobrar a taxa para a realização de serviços com máquinas. No entanto, para que esses serviços continuem sendo prestados à população, será necessário adotar outra forma legal de cobrança, como por meio de preço público ou contrato, que são modalidades diferentes da taxa. Por isso, reforço a importância de estudarmos bem cada projeto de lei antes de votarmos. Eu mesmo já havia apontado possíveis inconstitucionalidades em alguns projetos aqui nesta Casa. Esse caso do Código Tributário mostra que, desde 1998, essa taxa vinha sendo cobrada de forma equivocada, e só agora, com a atuação do Ministério Público, a irregularidade foi formalmente identificada. Nosso papel como vereadores é justamente esse: receber as denúncias da população, apurar e encaminhar às autoridades competentes quando não temos atribuição direta para investigar. E quando a situação chega a esse ponto, como agora, é fundamental que o município aja com rapidez para não deixar a população desassistida. Acredito que, com essa primeira iniciativa de revogação, a prefeitura encontrará uma solução o mais rápido possível. Inclusive, essa regulamentação pode ser feita por meio de portaria ou decreto, o que facilita o processo. Todos(as) os(as) demais Vereadores(as) presentes se manifestam favoráveis a aprovação deste Projeto de Lei Complementar em discussão. A Sra. Presidente submete o referido Projeto de Lei Complementar à votação dos(as) Senhores(as) Vereadores(as). Os(as) Senhores(as) Vereadores(as) podem se manifestar. O Projeto de Lei Complementar nº 229/2025, é aprovado por todos(as) Vereadores(as) presentes, sem emendas. A Sra. Presidente anuncia a aprovação do Projeto de Resolução 09/2025 e Projeto de Lei Complementar nº 238/2025, em regime de urgência, sem emendas, por todos(as) Vereadores(a) presente. Antes de finalizar essa Sessão Extraordinária, o Vereador **Luiz Carlos Ribeiro, líder do Governo na Casa diz:** Senhora presidente, gostaria de falar sobre o britador, como a vereadora Lia mencionou mais cedo. Estivemos em visita à pedreira, eu, Máisa e o prefeito, e, na semana passada, o vice-prefeito Marcelo também esteve lá. Ele se comprometeu que, em cerca de vinte dias, tudo estará pronto para iniciar a britagem. Durante nossa visita,

vimos que estão finalizando a montagem da balança. Desde a última vez que estivemos lá, muita coisa nova foi feita. O espaço ficou muito bonito e bem estruturado. Uma novidade que nos foi informada é que será implantada uma sementeira no local, o que mostra que o projeto vai crescer bastante. Além disso, será britado muito granito que está lá como rejeito da pedreira. Também passamos pela ponte dos Capitães, onde está sendo finalizada a parte de ferragens e iniciadas as caixarias para o concretamento da parte superior. As brocas utilizadas têm treze metros de profundidade, e o serviço está ficando muito bom. Nessa etapa, não é necessário muita gente, mas sim, profissionais especializados para montar ferragens de grande bitola, um trabalho técnico e exigente. Conversamos também sobre o início da base para o asfaltamento da Rua Praia Formosa, que começará com cascalhamento. Como já mencionamos, estamos enfrentando dificuldades com a falta de cascalho, agravadas por uma denúncia que bloqueou nosso cascalheiro. As máquinas estavam trabalhando na estrada que desce ali pelo ferro velho do Danielzinho, indo em direção ao Quinho, realizando serviços de cascalhamento. Agora, está chegando o nosso caminhão prancha, que será utilizado para transportar as máquinas pesadas. Isso facilitará o deslocamento e evitará custos extras com transporte. Temos ainda duas vigas na ponte dos Capitães que serão levadas para a ponte que dá acesso ao Sertãozinho, reforçando a estrutura que atualmente recebe trânsito pesado. Também será necessário realizar o serviço de calçamento dessa ponte. Sobre a ambulância, está sendo feito o serviço de motor, que ficou em cem mil reais, um valor alto, como bem sabe o Zé Maria. Mas também está chegando uma ambulância zero quilômetro, com previsão de entrega nos próximos quinze dias. Por fim, quero convidar todos para o desfile cívico, que acontecerá na quinta-feira, às cinco horas da tarde. Estaremos todos lá para prestigiar o lindo desfile das nossas escolas. Gostaria ainda de dar uma pincelada sobre a missão que realizamos em Bambuí, a pedido da presidente, junto à Associação dos Apicultores. Fomos muito bem recebidos, apesar de termos enfrentado dificuldades com a van, que atolou na chuva e tivemos que empurrar. Mas foi uma experiência muito positiva. Os apicultores que participaram ficaram satisfeitos. Lá, o nível técnico é bem mais elevado, há apicultores com até duas mil colmeias, enquanto o maior aqui em nossa região possui cerca de duzentas. Foi uma troca de experiências muito importante para todos nós. Muito obrigado pela oportunidade de estar lá e por poder compartilhar essas informações. A gravação desta Reunião fica salva em arquivo eletrônico em sua integralidade, caso haja alguma dúvida por parte de algum(a) Vereador(a) sobre sua fala, devendo o(a) Vereador(a) se manifestar em tempo hábil, para a devida correção, antes da aprovação desta Ata. Nada mais havendo para constar e tratar nessa sessão, agradece a presença de todos e deixa marcada a próxima para o dia 03 de novembro de 2025, as 19 horas. E eu Assessora Legislativa, lavro a presente Ata que, depois de submetida ao Plenário, se aprovada, vai por todos assinada.

---

**João Paulo de Moraes**

---

**José Maria Messias**

---

**Juscelino Tereza**

---

**Liamara Pereira Castello Branco**

---

**Lucas Guilherme da Silva**

---

**Luiz Carlos Ribeiro**

---

**Maísa Renata Batista Gianini**

---

**Marcos Alexandre da Silva**

---

**Pedro Sérgio Aparecido**

**OBSERVAÇÕES:** \_\_\_\_\_

---

**ESTE ESPAÇO EM BRANCO FICA INUTILIZADO.**